

## SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	23
<b>1 – CONTEXTUALIZANDO O TEMA</b> .....	29
1.1 Poder, Sociedade, Direito e Estado.....	29
1.1.1 Poder e dominação.....	30
1.1.2 Estado de Direito – Um breve panorama da formação do Estado de Direito.....	38
1.1.2.1 Maquiavel, Hobbes e Locke .....	38
1.1.2.2 A Magna Carta e as Constituições francesa e americana .....	47
1.2 O Princípio da Legalidade – Genérico, Penal e Tributário .....	57
1.2.1 Concepções e alcance .....	57
1.2.2 Características e abrangência .....	61
1.2.2.1 A regra tributária <i>solve et repete</i> .....	65
1.2.2.2 Supostas exceções tributárias do Princípio da Legalidade .....	65
1.2.2.3 Legalidade e irretroatividade .....	66
1.2.2.4 Aspecto temporal.....	69
1.2.2.5 O processo legislativo.....	69
1.2.2.6 Leis delegadas .....	70
1.2.2.7 Medidas provisórias.....	71
1.3 Estrutura da Norma Jurídica .....	74
1.3.1 A norma jurídica como uma estrutura de linguagem .....	74
1.3.2 A estrutura lógica da norma jurídica.....	84
1.3.3 Teoria imperativista da norma jurídica .....	91

<b>2 –</b>	<b>A ENDONORMA TRIBUTÁRIA DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS EMPREGADOS.....</b>	<b>95</b>
2.1	Análise Formal da Norma Tributária .....	95
2.1.1	O antecedente da endonorma tributária .....	99
2.1.2	O consequente da endonorma tributária .....	103
2.2	Análise da Endonorma Tributária da Contribuição Previdenciária dos Empregados.....	108
2.2.1	A endonorma da contribuição previdenciária dos empregados .....	108
2.2.2	O critério pessoal e a determinação do verdadeiro sujeito passivo.....	118
<b>3 –</b>	<b>A PERINORMA PENAL DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS EMPREGADOS.....</b>	<b>135</b>
3.1	Análise Material da Perinorma Penal.....	135
3.1.1	A evolução histórica da criminalização do não recolhimento da contribuição previdenciária dos empregados.....	135
3.1.2	O critério material do crime: o bem jurídico penalmente tutelado .....	140
3.1.2.1	O bem jurídico no crime tributário .....	153
3.1.2.2	O bem jurídico no crime de apropriação indébita da contribuição previdenciária dos empregados .....	165
3.2	Conceito, Características e Classificações do Fato Punível.....	168
3.2.1	O conceito formal de crime .....	168
3.2.2	A teoria causal e o idealismo da “conduta mecânica”.....	182
3.2.3	O Direito e a importância da utilização de conceitos ôntico-ontológicos.....	186
3.2.4	A teoria finalista da ação e a nova estrutura do tipo penal ....	187
3.2.4.1	Tipo, tipicidade, antijuridicidade e a nova definição de crime .....	191
3.2.4.2	Taxatividade do tipo, tipos abertos e norma penal em branco .....	196
3.2.5	O tipo subjetivo e o dolo .....	202
3.2.6	Crimes de perigo abstrato ou de mera conduta e o resultado-lesão ao bem jurídico .....	209
3.2.7	Tipos omissivos.....	215
3.2.7.1	A distinção entre a ação e a omissão.....	216

3.2.7.2	Classes de crimes omissivos.....	218
3.2.7.2.1	Tipos omissivos impróprios .....	218
3.2.7.2.2	Os aspectos objetivos e subjetivos do tipo omissivo impróprio .....	219
3.2.7.2.3	Tipos omissivos próprios.....	220
3.2.8	Da responsabilidade objetiva .....	230
3.2.9	Da culpa .....	231
3.2.10	Culpabilidade .....	238
3.2.10.1	Imputabilidade, possibilidade de conhecimento da ilicitude e exigibilidade de conduta conforme o direito.....	238
3.2.10.2	Posicionamento da culpabilidade na teoria do crime .....	241
4 –	<b>ANÁLISE CONCLUSIVA DO DELITO SOB A ÓPTICA DOS PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL .....</b>	<b>245</b>
4.1	“Deixar de Recolher a Contribuição Previdenciária dos Empregados no Prazo Legal” Não Lesiona um Bem Jurídico .....	245
4.2	O Problema da Presunção da Apropriação e a Ficção no Direito Penal .....	248
4.3	O Conceito de Conduta e a Inexigibilidade de Conduta Diversa no Crime de Omissão.....	253
4.4	O Erro do Dolo Genérico e a Imprescindibilidade da Existência do Dolo Específico .....	257
4.4.1	A jurisprudência dos Tribunais quanto ao dolo específico ....	263
4.5	Crime de Mera Conduta, Prisão por Dívida e Ofensa à Constituição e ao Pacto de San José da Costa Rica.....	269
5 –	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>285</b>
6 –	<b>A NOVA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL QUANTO AO DELITO DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA.....</b>	<b>289</b>
6.1	Análise dos Fundamentos da Defesa nas Ações Penais e a Tendência dos Tribunais Superiores .....	301
6.1.1	A inexigibilidade de conduta diversa como excludente suprallegal da culpabilidade .....	309
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>313</b>
	<b>ÍNDICE ALFABÉTICO.....</b>	<b>323</b>